

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO 18/2016

Às 9H, do dia 28/06/2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniram-se o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, designados pelas Portarias N^o 1122/15, de 24/12/2015 e Portaria n^o 190/16 de 15/02/2016, do Senhor Prefeito Municipal.

Atuaram nesta reunião o pregoeiro CLEBER VARGAS MACHADO e os membros da equipe de apoio ANDREIA BEATRIZ HUBNER e CARLA DENISE STEINHAUS, para proceder ao julgamento do recurso interposto pela empresa EXPERTISE SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.

Analizadas as razões do recurso e contra razões da empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES E SERVIÇOS, conclui-se conforme o que segue:

Na peça recursal o recorrente invoca a Lei Federal 123/2006, que prevê tratamento diferenciado e favorecido as empresas de pequeno porte e micro empresas, tendo em vista ser a única empresa que comprovou esta condição neste certame.

O tratamento diferenciado que a empresa requer neste caso é aquele previsto no art.44, §1^o da Lei 123/2006, que diz o seguinte:

Art.44

§ 1^o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2^o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1^o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Alega a recorrente que sua proposta encontrava-se em empate ficto na forma do art. 44 da Lei 123/2006, ou seja, sua proposta estaria com valor menos vantajoso para o município, porém dentro do limite de 5% previsto no §2^o da Lei acima mencionada.

Demonstra ainda a recorrente, quadro comparativo das propostas de todos os participantes do certame tentando demonstrar valores que comprovem o empate ficto. Requerendo ao final que seja concedido tratamento diferenciado a ela na condição de EPP, como determina a Lei 123/2006.

Em contra-razões a empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, alega que a recorrente não pode ser beneficiada pelo que determina a Lei 123/2006, pelo simples motivo de que a proposta da recorrente extrapola em muito o limite dos 5% previstos para diferença entre a sua proposta e a proposta vencedora.

Da Decisão:

O objeto do pregão 18/2016, é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÕES MAGNÉTICOS. Para prestação destes serviços as empresas poderiam cobrar um determinado valor para prestar o serviço, realizar o serviço sem cobrança de taxas ou ainda, pagar mensalmente uma quantia ao município para realização do serviço.

O Município para definir uma forma clara de julgamento destas propostas através do item 5.1, “g” e 5.1, “h”, determinou que a proposta fosse em percentual da taxa de administração (que poderia ser negativa) e esta seria CONVERTIDA EM VALORES,

considerando os itens 1.3 (Valor do Vale alimentação) e 1.4 (Quantidade de servidores) do edital. E ainda disponibilizou um modelo que estava anexo ao edital. Conforme demonstração abaixo.

VALOR INDIVIDUAL VALE-ALIMENTAÇÃO (ITEM 1.3)	QUANTIDADE DE SERVIDORES (ITEM 1.4)	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DA PROPOSTA (MENSAL) (*)	VALOR DA PROPOSTA (MENSAL) (*)
R\$ 119,00	745	R\$ 88.655,00

Assim vejamos o que determinou que a empresa recorrente não fosse chamada a dar lances, pois o pregoeiro constatou que sua proposta estava 10% acima da proposta de menor valor e ainda classificada em 4º lugar. Decisão esta que respeitou o que determinava os itens 6.1 e 6.2 do edital.

Empresa	Vlr Vale Alimentação	Nº Servidores	Vlr Total	Percentual Proposta	Valor da Proposta	Diferença entre empresas
BIQ	R\$119,00	745	R\$88.655,00	3,95%	R\$3.501,87	-
Green Card	R\$119,00	745	R\$88.655,00	3,61%	R\$3.200,45	8,61%
Policard	R\$119,00	745	R\$88.655,00	3,50%	R\$3.102,93	3,04%
Expertise	R\$119,00	745	R\$88.655,00	2,10%	R\$1.861,75	40,01%

Abertos os envelopes das propostas o pregoeiro constatou que a melhor proposta era da empresa **BIQ BENEFICIOS LTDA**, ato contínuo constatou que aplicando a regra do item 6.1 do edital somente a empresa **GREEN CARD S/A REFEIÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS**, estava apta a dar lances, pois era única com proposta cujo valor estava dentro do limite de 10% acima. Em seguida, aplicando o item 6.2, chamando a terceira colocada mesmo acima do limite de 10%, quando analisou a possibilidade de aplicação do benefício da Lei 123/2006, caso houvesse empate ficto, porém como a proposta da empresa EXPERTISE era 40,01% maior que a empresa em 3º lugar, **POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A.**, não poderia ser concedido o benefício pois **NÃO OCORREU EMPATE FICTO**.

Ora, como poderia se considerar empate ficto (leia-se 5%, na forma da Lei 123/2006), propostas cujos valores a serem pagos mensalmente ao Município eram de R\$ 3.102,93(Policard) e R\$ 1.861,75 (Expertise), que num cálculo matemático simples constata-se uma diferença de 40,01%.

Assim, resta claro que foi observado o que determina a Lei Complementar 123/2006 e tudo o que estava previsto no Edital, não devendo ser concedido qualquer benefício a empresa recorrente, pelo fato de que não ocorreram as hipóteses de aplicação da Lei, especialmente no que se refere ao empate ficto, pois a proposta da recorrente extrapolou em muito o limite de diferença que é de 5%, devendo ser INDEFIRIDO o recurso.

Ao Prefeito Municipal para decisão final. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial do Município de Candelária em 28/06/2016.

CLEBER VARGAS MACHADO – PREGOEIRO

CARLADENISE STEINHAUS

ANDREIA BEATRIZ HUBNER

EQUIPE DE APOIO